

Análise das Interações da Sabatina de Carlos Vinícius Alves Ribeiro realizada pela CCJ - 13/08/2025 - Gerado por IA

Este relatório apresenta uma análise das **40 participações dos cidadãos** na sabatina promovida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em 13/08/2025, de Carlos Vinícius Alves Ribeiro, indicado para compor o Conselho Nacional de Justiça. O objetivo é fornecer uma visão geral das principais preocupações, perguntas e opiniões expressas pelo público, visando auxiliar os Senadores na avaliação do perfil e das posições do indicado.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não refletem integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 40

Temas principais:

- 1. Controle Disciplinar e Integridade da Magistratura (30%):** Este foi o tema de maior destaque, com os cidadãos questionando a eficácia das punições aplicadas a juízes e cobrando uma postura mais rígida do CNJ. As perguntas abordaram o combate à corrupção, ao nepotismo, ao assédio moral e ao corporativismo, além de criticarem a aposentadoria compulsória como sanção.

Exemplo: "Em casos de corrupção ou abuso de autoridade, o senhor manteria a aposentadoria com subsídios ou defenderia a perda integral dos benefícios?" (Liliane N., BA)

2. Acesso à Justiça, Transparência e Inclusão (20%): Os participantes demonstraram grande preocupação em tornar a Justiça mais acessível, transparente e inclusiva. As perguntas trataram de medidas para facilitar o acesso da população aos serviços judiciais, garantir a inclusão de pessoas com deficiência e promover a igualdade de gênero, além de ampliar a transparência nos processos administrativos.

Exemplo: "Como dar acesso virtual aos processos a quem ainda não possui internet e não sabe usar esse meio de acesso aos processos?" (Jocelaine S., RS)

3. Eficiência, Celeridade e Modernização (20%): A morosidade do Judiciário foi um ponto central de críticas. Os cidadãos cobraram propostas inovadoras para acelerar os julgamentos e reduzir as filas de processos, incluindo o uso de novas tecnologias como a Inteligência Artificial, sem, no entanto, comprometer a qualidade das decisões.

Exemplo: "Que medidas você considera prioritárias para reduzir a morosidade processual no Brasil sem comprometer a qualidade das decisões?" (Hadassa B., RJ)

4. Imparcialidade e Politização do Judiciário (15%): Houve uma forte cobrança pela neutralidade e imparcialidade dos magistrados. Os cidadãos questionaram o ativismo judicial, a atuação político-partidária de juízes e a necessidade de garantir que as decisões sejam estritamente técnicas e baseadas na lei, restaurando a confiança da sociedade.

Exemplo: "Como o CNJ coibirá a atuação político-partidária de magistrados, restaurando a confiança na imparcialidade do Judiciário?" (Jayme F., DF)

5. Remuneração e Privilégios da Magistratura (15%): Os "supersalários" e os diversos benefícios ("penduricalhos") pagos a membros do Judiciário foram alvo de críticas diretas. Os participantes questionaram a legalidade e a

moralidade desses pagamentos e cobraram do CNJ uma atuação para impor limites e maior transparência sobre a remuneração dos magistrados.

Exemplo: "Qual é a sua opinião acerca dos supersalários que os magistrados recebem?" (Gustavo P., SC)

Em conclusão, a análise das interações revela uma forte cobrança da sociedade por um Judiciário mais íntegro, eficiente e transparente. O tema de maior preocupação foi o controle disciplinar e a integridade da magistratura, com um clamor por punições mais severas para desvios de conduta. Em seguida, o acesso à justiça e a eficiência processual aparecem como temas de grande relevância. A imparcialidade dos juízes e os altos salários da carreira completam os principais eixos de interesse do público, que exige do CNJ uma atuação firme na fiscalização e no aprimoramento do Poder Judiciário.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=34647>.